

OS NEGÓCIOS E A ARITMÉTICA. BENTO FERNANDES E AS REDES CRISTÃS-NOVAS DO PORTO NO SÉCULO XVI

AMÂNDIO JORGE MORAIS BARROS

Politécnico do Porto - ESE
CITCEM - Fac. Letras, Universidade do Porto

RESUMO

Em todos os repertórios de obras científicas produzidas em Portugal no Renascimento encontra-se o “Tratado da Arte de Arismetica” de Bento Fernandes, dado à estampa em 1555.

Mercador do Porto, Fernandes fez parte de uma elite de comerciantes com nova mentalidade: negociantes organizados e influentes, produtores de ciência e responsáveis pela importação e circulação de obras de arte que enriqueceram o património cultural dos centros urbanos e portuários portugueses do século XVI.

Escrito, em grande parte, como um manual de interesse para os mercadores, o tratado é um testemunho da mentalidade quantitativa e da pretensão da emancipação da ciência relativamente à tutela religiosa. Bento Fernandes era um cristão-novo do Porto, profundamente envolvido no trato, negociando com a Flandres e o Mediterrâneo através de redes de comércio que desempenharam um importante papel na construção da primeira idade global. O objectivo deste trabalho é integrar este homem no seu tempo, identificar o meio em que se moveu, as redes sociais e de negócios que desenvolveu e a forma como este *Tratado* integra uma circulação de saber e um sentido cultural profundo (notório nas obras de arte e livros importados), característicos da comunidade mercantil da qual ele era um dos mais destacados membros.

PALAVRAS-CHAVE

Mercadores, Cristãos-novos, Redes comerciais, Elites, Porto, Flandres, Roma, Aritmética.

ABSTRACT

All the repertories of scientific works produced in Portugal in the Renaissance mentions the “Tratado da Arte de Arismetica” by Bento Fernandes, published in 1555. Fernandes was a wealthy merchant from Porto and a member of a elite of businessmen responsible for the introduction of a new mentality in the city: well organized and influential, these traders were also producers of science and responsible for the importation and circulation of works of art that have enriched the cultural heritage of the city and of the whole of the Portuguese port cities in the sixteenth century. Written largely as a manual of interest to merchants, the *Tratado* is also a testament to the quantitative mentality and of the attempts of emancipation of science concerning the traditional religious tutelage. Bento Fernandes was a New Christian from Porto, deeply involved in trade, negotiating with Flanders through trade networks that played a major role in the building the first global age. The aim of this work is to integrate this man in his time, to identify his social relations, the social networks and to evaluate the amount and quality of his business.

KEYWORDS

Merchants, New Christians, Trade networks, Elites, Oporto, Flanders, Rome, Arithmetic.

INTRODUÇÃO

Apesar de alguns desenvolvimentos recentes, a historiografia, nacional e internacional, ainda precisa de percorrer algum caminho no estudo dos portos medievais e modernos para conhecer o papel dos seus agentes na construção de dinâmicas económicas, sociais e culturais relevantes na evolução histórica das comunidades europeias¹. Lacunas ainda mais evidentes quando pensamos nos pequenos e médios portos que, sem se deixarem limitar por essa condição, em variados casos demonstraram estar na primeira linha, tanto no campo da inovação organizativa como na capacidade de intervenção dos seus mercadores e frotas em espaços de negócio internacionais.

Olhar mais de perto para os portos e para a estrutura das suas actividades significa contactar com temáticas novas, resultantes do dinamismo destas entidades, que vão muito para lá do simples movimento de navios e mercadorias e passam, entre outras matérias, por uma análise social e económica baseada no desempenho dos técnicos marítimos e homens de negócios a elas ligados. O trabalho desses homens articulou interesses privados e públicos, e mobilizou estratégias de gestão informais e institucionais no âmbito da *governança dos portos* no sentido mais lato desta expressão. Caracterizando-se, como seria de esperar, pela mobilidade e abertura ao contacto com o exterior, a acção destes agentes resultou, em paralelo, num movimento (multi)cultural rico através do qual se concretizaram, ou pelo menos delinearão, mecanismos de sincretismo religioso, religiosidade marítima, inclusão e exclusão social, e representação cultural que, em larga medida, ainda nos são desconhecidos.

O presente trabalho pretende revelar materiais úteis para o preenchimento de alguns desses vazios, oferecendo uma pequena biografia de Bento Fernandes, mercador do Porto, autor do *Tratado da Arte da Arismetica* impresso nesta cidade em 1555². Para lá do livro que escreveu pouco mais se sabe sobre este personagem, que reencontro neste texto, ampliando as informações sobre ele e trazendo-o como exemplo do labor de um agente portuário num momento importante do processo de estruturação do mundo moderno.

No esboço biográfico que se segue salientarei os aspectos que me parecem mais relevantes do seu percurso empresarial, desde a primeira notícia que o dá como membro da cena mercantil

¹ Apesar da imensa bibliografia. Apenas para o caso português, ou envolvendo elementos portugueses, a produção de materiais no âmbito do projecto HISPORTOS – “História dos Portos do Noroeste Português na Época Moderna” POCTI – área de História e Arqueologia (POCTI/HAR/36417/2000). Decorreu entre Outubro de 2001 e Dezembro de 2005”; monografias recentes: POLÓNIA, Amélia – *Expansão e Descobrimientos. O porto de Vila do Conde numa perspectiva global*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007; BARROS, Amândio Jorge Morais – *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos Tempos Modernos*, 2 volumes (policopiados). Porto: Faculdade de Letras, 2004; PINTO, Sara – *Caminha no século XVI: estudo sócio-económico. Dos que ganhão suas vidas sobre as agoas do mar*, Dissertação de Mestrado em Estudos Locais e Regionais, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. Para estudar estes temas foi lançado um projecto internacional (no qual estão envolvidos os três investigadores aqui citados) subordinado ao tema “A Governança dos Portos Atlânticos”, Casa de Vélazquez-UNED-Universidade do Porto, 2012-15.

² *Tratado da arte de Arismetica/nouame[n]te cõposto e ordenado por Be[n]to Fernãdez*. Porto: por Frãscisco Correa, 1555. - [4], 118 f. ; 2º (28 cm). Exemplar da Biblioteca Pública Municipal do Porto, com a cota Y1-3-31, integralmente digitalizado no catálogo on-line - URI: <http://bibliotecas.cm-porto.pt/ipac20/ipac.jsp?&uri=full=3100024-!312302-!0>

portuense, no início da década de 1550, até ao seu desaparecimento, no ano de 1570, introduzindo novos documentos que esclarecem etapas até aqui desconhecidas do seu percurso.

Deste modo, procuro identificar um homem de negócios influente de um porto movimentado, os dados mais relevantes da sua trajectória profissional, a sua existência na conjuntura económica e social da cidade que conheceu e traçar o perfil aproximado dos agentes mais activos deste centro portuário.

No âmbito económico, as notícias das suas actividades, registadas nos documentos e repetidamente plasmadas na obra que o celebrizou, evidenciam a abertura marítima e mercantil do Porto ao exterior, a evolução e a complexidade dos negócios e como estes suscitaram na cidade, por um lado, o aprofundamento de contactos com espaços económicos europeus de ponta (casos da Flandres e da Itália) e, por outro, a emergência de uma vocação atlântica através da qual ela prosperou. No campo social, o estudo da vida de Bento Fernandes leva-nos perante as estratégias de afirmação de uma elite de mercadores, da qual ele fez parte, a colocar em perspectiva a actuação dos agentes que deram corpo ao projecto portuário quinhentista e, em parte, a reconstituir os fluxos económicos por eles delineados e geridos.

Percebe-se, sem grande esforço, uma economia marítima em tempo de afirmação, articulando tráficos e negócios tradicionais, como a cabotagem e os têxteis, com serviços modernos e evoluídos, do tipo transporte marítimo ao frete, operações bancárias, cambistas e financeiras com continuidade, só possíveis pela presença de homens de negócios e redes de carácter internacional, cosmopolitas e acreditadas nas praças bancárias europeias.

Com a escolha de Bento Fernandes pretendo conciliar o estudo de um indivíduo e do grupo que ele integrava; com o seu exemplo identificarei mecanismos de coesão de mercadores estabelecidos no negócio internacional graças às formas organizativas de que se muniram. Neste sentido, ao estudo do mercador individual (tema que tem vindo a perder popularidade junto dos historiadores em favor do estudo das empresas³) junto, também, aquilo que Elisa Soldani define como a “dialéctica entre família e companhia”⁴; eis um conjunto de mercadores e homens do trato que, unindo-se por alianças matrimoniais, familiares e confessionais, e por interesses solidários, adquiriram competências para se integrarem em circuitos alargados e exigentes fazendo associar a sua existência não à ancoragem num espaço isolado – que, no caso, seria o Porto – mas estendendo os seus interesses, e os seus representantes, a um universo mercantil que percorria as feiras de dinheiro de Castela, os centros multiactivos de Antuérpia, Lyon, Paris, Roma, Ancona, Veneza e Salónica, e os portos ultramarinos portugueses e castelhanos.

³ LANERO FERNÁNDEZ, J.; ORTEGA MONTES, E. – *De aprendiz a mercader: El factor en el comercio internacional inglés del siglo XVI*, in “Pecunia”, 5 (2007), p. 146-148.

⁴ SOLDANI, Maria Elisa – *Uomini d'affari e mercanti toscani nella Barcelona del Quattrocento*. S/I: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2011, p. 28-31.

Tratava-se de um grupo de mercadores facilmente detectável na sociedade portuária do século XVI que, de resto, ajudou a consolidar, contribuindo de modo vincado para a definição de papéis – e de hierarquias – entre todos quantos no Porto se dedicavam ao negócio, graças à adopção de estratégias já mencionadas, e que constituem um dos temas centrais deste artigo.

A pertença a um grupo, seja por escolha ou determinada pela condição social vigente em cada época, tem consequências; por exemplo, no âmbito das representações sociais e do exercício do poder, e da sua base de sustentação⁵. No espaço urbano portuense de Quinhentos, transformado em arena política, rivalizavam elites. A cidade sempre fora de mercadores, detentores de estatuto especial reconhecido pelos poderes centrais traduzido na outorga da administração municipal, ainda na Idade Média, e prestigiados com o privilégio de “cidadãos”. A elite quinhentista em que se enquadrava Bento Fernandes tinha origem noutra contexto: no complexo processo de fixação dos cristãos-novos no Porto no final do século XV quando cerca de trinta famílias de conversos castelhanos obtiveram licença régia para viver na cidade⁶ e no meio século que se seguiu estenderam a sua rede de interesses aos mais aliciantes sectores da economia: os Paz e os Bentalhados arrendaram as alfândegas, os Vila Real, Nunes, Gomes/Vaz, Henriques, Vitória, entre outros, igrejas, benefícios e direitos fiscais, e todos eles como que tomaram conta do movimento marítimo deste porto. Daqui nasceu tanto uma articulação como uma rivalidade com a velha elite burguesa do Porto, esta sim ancorada no meio local e regional, que seguira um percurso idêntico ao de outras elites mercantis europeias⁷: aplicando os rendimentos obtidos no comércio (durante a Idade Média) em investimentos fundiários, aristocratizando-se⁸.

Feito de cristãos-novos, o novo grupo, sem alcançar poder político efectivo⁹, ao contrário do que chegou a acontecer em Castela durante o século XV¹⁰, notabilizou-se o suficiente para se transformar

⁵ Sobre representações sociais tardo-medievais e modernas a literatura é abundante. Ver, por exemplo, *Showing Status: Representation of Social Positions in the Late Middle Ages*, eds. Wim Blockmans and Antheun Janse. Turnhout: Brepols, 1999.

⁶ MORENO, Humberto Baquero – *Reflexos na cidade do Porto da entrada dos conversos em Portugal nos fins do século XV*, in “Revista de História”, vol. I. Porto: INIC/Centro de História da Universidade do Porto, 1978, p. 7-38.

⁷ POUJADE, Patrice – *Une société marchande: le commerce et ses acteurs dans les Pyrénées modernes*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2008, p. 147. Outros autores remontam esta prática à Idade Média e descrevem os mecanismos de aquisição de propriedade: por exemplo, posse por insolvência de credores: TOGNETTI, Sergio – *Il banco Cambini: affari i mercati di una compagnia mercantile-bancaria nella Firenze del XV secolo*. Florença: Leo S. Olschki, 1999, p. 97; PUGLIA, Ilaria – *I Piccolomini d’Aragona duchi di Amalfi (1461-1610). Storia di un patrimonio nobiliare*. Nápoles: Editorial Scientifica, 2005, p. 14-18; Aron Gurevic fala da renúncia ao comércio por parte dos mercadores italianos em favor da dedicação à finança e à construção de avultados patrimónios fundiários, encontrando aí uma justificação para o seu afastamento do negócio atlântico, “O Mercador”, in *O homem medieval*, dir. de Jacques Le Goff. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 184.

⁸ Dois exemplos: João Afonso da Arrifana e Pedro Afonso da Aveleda, vereadores quatrocentistas e donos de opulentas “quintas” no termo da cidade.

⁹ Nem sequer podiam ser nomeados almotacés; veja-se o escândalo (entenda-se: oposição) com a nomeação de Francisco Vaz em DIAS, Licenciação de Francisco – *Memórias quinhentistas dum Procurador Del Rei no Porto*, edição de Artur de Magalhães Basto. Porto: Câmara Municipal/Gabinete de História da Cidade, 1937, p. 39.

¹⁰ MARTÍNEZ MILLÁN, José; CARLOS MORALES, Carlos J. de – “Conversos y élites de poder en Castilla durante la primera mitad del siglo XVI: Rodrigo de Dueñas, consejero de Hacienda de Carlos V”, in *Jornadas Sefardies y Seminario de las Tres Culturas “Las tres culturas en la Corona de Castilla y los sefardies*. Valladolid: Consejería de Cultura y Bienestar Social, 1990, p. 149-161 (sobre este assunto, ver as p. 150-152).

numa elite e fazer-se representar como tal: pelo comércio e finança muitos dos seus membros alcançaram o estatuto de cidadãos do Porto, criaram uma confraria através da qual davam uma imagem pública de conformidade com os cânones religiosos em vigor e accionavam solidariedades entre si, viviam em casas ricas na arquitectura e no recheio, distribuídas pelas ruas de S. Miguel, Belmonte, Ponte de São Domingos e Flores, consumiam e produziam cultura importando livros, painéis e quadros da Flandres e Itália, contadores, sedas, tapeçarias e bezoares do Oriente e Extremo Oriente, e escrevendo, como Bento Fernandes ou, mais tarde, Gabriel (Uriel) da Costa fizeram.

Justifica-se, deste modo, a sua influência social¹¹ e a sua “sobrevivência” como grupo – recorde-se que estamos a falar de uma elite que sempre assim foi considerada – porque os seus membros tornaram-se indispensáveis aos poderes (local e central), fornecendo-lhes recursos para governar, pagando armadas ao rei e financiando a administração do município quando os orçamentos minguavam. Por isso, o tema batido das rivalidades, que em todo o caso existiram, deve ser matizado. A espaços sente-se um clima de convivência pacífica, de alianças oportunistas interessantes para ambas as partes. Para os cristãos-novos, numerosos no burgo, era de todo aconselhável manter boas relações com quem governava a cidade¹². E assim, algumas alianças foram mais do que passageiras; Francisco Dias, que as viu nascer, registou-as, dando notícia dos matrimónios da filha de Diogo de Paz, cristão-novo, com António Leite, de uma filha de António Ribeiro com o rendeiro da Alfândega Diogo Fernandes, e de Henrique Homem [Teles] com uma filha de Henrique Gomes¹³.

Tratava-se, enfim, de gente facilmente identificável, quanto mais não fosse pela natureza das suas actividades: os cristãos-novos, como vimos acima (se bem que haja excepções a esta regra, muito poucas, de resto) desde cedo se fizeram notar no comércio, na finança e nos jogos económicos em torno do arrendamento de direitos, de alfândegas, almoxarifados e rendimentos de instituições laicas e eclesiásticas, isto é, não seguiram o exemplo dos seus congéneres camarários enriquecendo ou distinguindo-se socialmente pela posse de terra.

Foi este o quadro geral que Bento Fernandes conheceu e no qual participou. Para o trabalhar dispomos de alguma documentação notarial que, embora muito incompleta, e limitada nas suas potencialidades, constitui o melhor repositório informativo sobre ele e o quotidiano quinhentista portuense. A propósito do nosso mercador/aritmético, o seu nome é directa ou indirectamente citado em cerca de três dezenas de actos notariais de diversa natureza (em concreto, vinte e sete reunidos até ao momento), que nos possibilitam reconstituir uma parte da sua evolução como

¹¹ E, a espaços, mesmo, a sua inserção em redes de poder quando associada à aristocracia tradicional.

¹² É uma postura conhecida do mundo dos negócios na Europa, segundo a qual grupos vulneráveis em diferentes ocasiões – rivalidades no espaço urbano onde coexistem interesses divergentes, ou estabelecimento em lugares distantes da origem, no estrangeiro ou mesmo em terra de potenciais inimigos –, procuram este tipo de aliança e relacionamento. Ver, SOLDANI, Maria Elisa – *Uomini d'affari e mercanti toscani nella Barcelona del Quattrocento*, cit., p. 36-37, 40-41, etc.

¹³ DIAS, Licenciado Francisco – *Memórias quinhentistas dum procurador...*, cit., p. 20.

homem de negócios e alguns dados da sua vida familiar. Este acervo será complementado com informações avulsas recolhidas nos arquivos e em bibliografia especializada.

DADOS BIOGRÁFICOS

Para uma biografia, a de Bento Fernandes não começa bem: ignora-se a data do seu nascimento e nem sequer dispomos de uma aproximada¹⁴; e assim continua: não se sabe quem eram os seus pais e o dia em que casou. Conhece-se o nome da mulher, Genebra da Fonseca e a sua família (que referirei adiante), a data de nascimento de um dos filhos, Miguel, mas não muito mais. Sabemos que tinha mais uma filha, Maria da Fonseca, e a data aproximada do casamento desta com Rodrigo Homem, que se tornará sócio de Bento Fernandes. Por fim, só por aproximação conhecemos a data do seu desaparecimento; no respeitante à data da sua morte apenas a conhecemos por aproximação.

Não sendo nada a que não estejamos habituados, esta penúria informativa limita a nossa história e a nossa curiosidade, por exemplo tornando difícil fazer-se qualquer estimativa sobre a idade que ele tinha quando publicou o *Tratado* (rondaria os 35 anos de idade?), que, no meu entender, constitui o marco mais significativo da sua vida, como veremos.

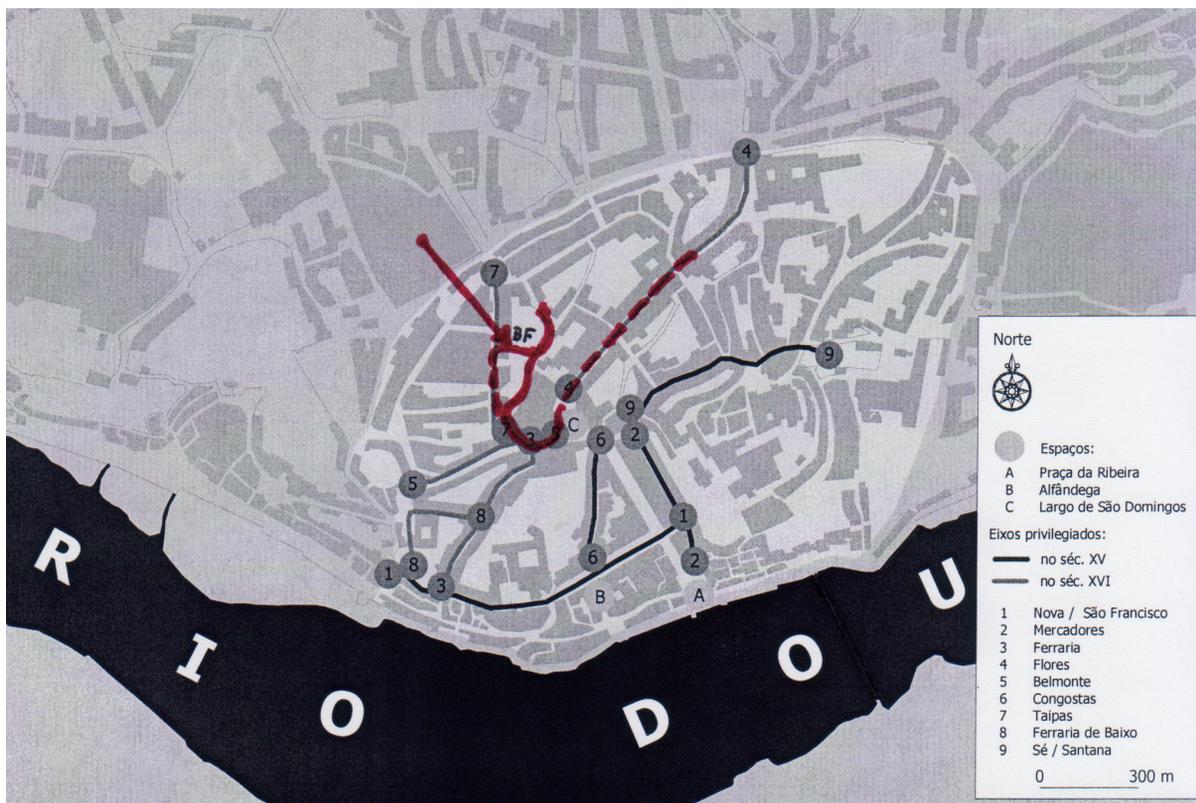
Centremo-nos então no que se sabe ao certo. A primeira notícia sobre Bento Fernandes regista o nascimento do seu filho Miguel, em 14 de Novembro de 1540, notícia que publico em anexo. Segue-se um silêncio de doze anos, até 7 de Julho de 1552, quando o encontramos a negociar tecidos. Os restantes documentos estendem-se pelos dezoito anos seguintes, com vários hiatos devido à perda de livros de notas. A última notícia e a derradeira vez que B. Fernandes esteve presente num acto notarial foi em 4 de Julho de 1570 e deve ter morrido entre esta data e 7 de Agosto desse ano quando deixou de exercer poderes de procuração em contratos de arrendamento de igrejas, que tinha a seu cargo¹⁵.

Bento Fernandes viveu no Porto na rua de S. Miguel e teve loja aberta na rua da Ponte de São Domingos, onde seria possível morar, já que documentos de Abril de 1565 associam a designação “logea” a “pousadas” e “casas”¹⁶. Já me referi atrás aos espaços dos mercadores do Porto no século XVI. A zona da antiga judiaria, e suas redondezas até ao largo da ponte de S. Domingos, era das mais atractivas da cidade pela concentração de armazéns, lojas abertas e casas bancárias ligadas à

¹⁴ Ainda não encontrei o assento de nascimento de Bento, se é que ele existe. Nesta tarefa conto com a preciosa ajuda de José António Reis, especialista nestas matérias, a quem muito agradeço as informações preciosas que me tem dado.

¹⁵ Do Cardeal Alexandre Farnésio, de quem falarei adiante. Arquivo Distrital do Porto (ADP) – Po 1º, liv. 35, fl. 190; Álvaro Eanes, cidadão, refere exercer esse cargo por procuração, outrora outorgada a Bento.

¹⁶ ADP – Po 1º, 3ª série, liv. 19, fl. 190, liv. 20, fl. 23, respectivamente e entre outros. Isso terá levado autores como António Cruz a considerarem que ele vivia na casa onde tinha a loja: *Algumas observações sobre a vida económica e social da cidade do Porto nas vésperas de Alcácer-Quibir*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1967, p. 43.



comunidade cristã-nova do burgo. As potencialidades da zona, evidenciadas por esta convergência de gentes e negócios, pela existência do convento de S. Domingos onde se reuniam com frequência homens do trato e governantes municipais¹⁷ e pela proximidade com a área portuária resultaram numa disputa pelo lugar – com ameaça de transferência de mercadores da rua de S. Miguel para a Ribeira e transformação daquela em área residencial aberta –, protestos e ulterior intervenção do rei D. João III, em 1534, confirmando-a como área comercial e os seus armazéns na posse dos cristãos-novos ali “arruados”¹⁸.

Era nesta rua de S. Miguel, “hindo pera a dita rua da rua das Taipas”, que Fernandes tinha a sua casa e nela reuniu família alargada a partir de 1564, ano do casamento da sua filha Maria da Fonseca com Rodrigo Homem, e onde verá nascer o neto Manuel a 15 de Janeiro de 1570, presumo que poucos meses antes da sua morte, quando rondaria os 50 anos de idade.¹⁹ A forte ligação de Bento Fernandes a este lugar, e outros dados que apontarei, indicia a condição de cristão-novo do nosso biografado.

¹⁷ BASTO, Artur de Magalhães – *Os diversos paços do concelho da cidade do Pôrto, sep. de “Vereações” – anos de 1390 a 1395*. Porto: Câmara Municipal/Gabinete de História da Cidade, 1937.

¹⁸ Arquivo Histórico Municipal do Porto – *Livro I das Próprias*, fl. 365.

¹⁹ ADP – *Po 1º*, 3ª série, liv. 20, fl. 64v (sobre o dote de casamento); ver apêndice documental para o registo do nascimento do neto.

Tauoada da valla do ouro pelos pesos do marco.

Val ho marco do ouro.	Ença	Quilataes	Grão
De .24. quilates .28058. rēo $\pi \frac{3}{4}$.3507. rēo $\pi \frac{1}{3}$.438. rēo $\pi \frac{3}{12}$.6. rēo π
De .23. quilates .26889. rēo $\pi \frac{2}{3}$.3360. rēo $\pi \frac{1}{2}$.420. rēo $\pi \frac{1}{9}$.5. rēo π
De .22. quilates .25720. rēo $\pi \frac{1}{2}$.3233. rēo $\pi \frac{1}{3}$.404. rēo $\pi \frac{1}{6}$.5. rēo π
De .21. quilates .24551. rēo $\pi \frac{1}{4}$.3215. rēo $\pi \frac{1}{6}$.401. rēo $\pi \frac{2}{7}$.5. rēo π
De .20. quilates .23382. rēo $\pi \frac{1}{4}$.3068. rēo $\pi \frac{1}{6}$.383. rēo $\pi \frac{1}{4}$.5. rēo π
De .19. quilates .22213. rēo $\pi \frac{1}{4}$.2922. rēo $\pi \frac{1}{6}$.365. rēo $\pi \frac{1}{4}$.5. rēo π
De .18. quilates .21044. rēo $\pi \frac{1}{6}$.2776. rēo $\pi \frac{1}{3}$.347. rēo $\pi \frac{1}{4}$.4. rēo π
De .17. quilates .19874. rēo $\pi \frac{1}{4}$.2630. rēo $\pi \frac{1}{3}$.328. rēo $\pi \frac{1}{6}$.4. rēo π
De .16. quilates .18705. rēo $\pi \frac{1}{4}$.2484. rēo $\pi \frac{1}{3}$.310. rēo $\pi \frac{1}{4}$.4. rēo π
De .15. quilates .17536. rēo $\pi \frac{1}{4}$.2338. rēo $\pi \frac{1}{4}$.292. rēo $\pi \frac{1}{9}$.4. rēo π
De .14. quilates .16367. rēo $\pi \frac{1}{4}$.2192. rēo $\pi \frac{1}{4}$.274. rēo $\pi \frac{1}{8}$.3. rēo π
De .13. quilates .15198. rēo $\pi \frac{1}{4}$.2045. rēo $\pi \frac{1}{6}$.255. rēo $\pi \frac{3}{4}$.3. rēo π
De .12. quilates .14029. rēo $\pi \frac{1}{4}$.1899. rēo $\pi \frac{1}{6}$.237. rēo $\pi \frac{1}{8}$.3. rēo π
De .11. quilates .12860. rēo $\pi \frac{1}{4}$.1753. rēo $\pi \frac{1}{3}$.219. rēo $\pi \frac{1}{2}$.3. rēo π
De .10. quilates .11691. rēo $\pi \frac{1}{4}$.1607. rēo $\pi \frac{1}{2}$.203. rēo $\pi \frac{3}{8}$.2. rēo π
De .9. quilates .10522. rēo $\pi \frac{1}{4}$.1461. rēo $\pi \frac{1}{4}$.182. rēo $\pi \frac{1}{7}$.2. rēo π
De .8. quilates .9352. rēo $\pi \frac{1}{4}$.1315. rēo $\pi \frac{1}{4}$.164. rēo $\pi \frac{1}{3}$.2. rēo π
De .7. quilates .8183. rēo $\pi \frac{1}{4}$.1169. rēo $\pi \frac{1}{9}$.146. rēo $\pi \frac{1}{6}$.2. rēo π
De .6. quilates .7014. rēo $\pi \frac{1}{4}$.1023. rēo $\pi \frac{1}{6}$.127. rēo $\pi \frac{1}{6}$.1. real π
De .5. quilates .5845. rēo $\pi \frac{1}{4}$.876. rēo $\pi \frac{1}{6}$.109. rēo $\pi \frac{1}{4}$.1. real π
	.730. rēo $\pi \frac{1}{4}$.91. rēo $\pi \frac{1}{2}$.1. real π

Esao mesmo respeito fareis esta tauoada da valla do ouro
 des de .1. quilate ate .5. quilates como acima vedes scripto
 na soma dos marcos Ença Quilataes e grão.

Taus deo:

Foy impresso ho presente tractado da arte
 de arismetica em amuy nobre e sempre



leal cidade do Porto de porto
 gal per francisco Correa
 impressor Alcabou
 se aos 20 dias do
 mes de feuerel
 ro Anno de

1555
 Anno.

Francisco Correa
 1555

Antonio Pereira da Maza



TRATA

da arte de arismetica nouamente co-
toz ordenado por Bêto fernãd
cador e cidadão da cidade de
Em q se declarã per booa
tas e muy sotis regras da dita
muyto proueitofas e necessarias
toda peifoa q as qfer apzeder.
outras muytas regras sutiles
pregũtas de todo genero de
rezã pertecãtes aos mercados
tãtes. E as regras da conta
de mais sustancia pera peifoa
sas e experimẽtadas na ar
as regras daliga do ouro e
e as tauoadas da valia do ou
de seus quilates e da valia da
muy claramẽte declarado e
do muy sotil. Impreso e a muy
bre e sepre leal cidade do Porto
Moynal. por Frãcisco correa.



ANNO D

1555

COM PRIVI LEGIO

FORMAÇÃO DE BENTO FERNANDES

Não devia ser muito diferente da que se fazia um pouco por toda a “Europa de mercadores” quinhentista²⁰. Entre os 14 e os 16 anos o futuro mercador começava a familiarizar-se com o funcionamento da empresa familiar ou entraria ao serviço de um tutor, de preferência homem de negócios experimentado e com casa aberta (firma ou companhia comercial), onde faria a sua formação “escrevendo nos livros e fazendo contas”, durante um período de tempo que se podia estender entre os dois e os cinco anos. Não era forçoso que esta aprendizagem se realizasse no reino. Estão documentados casos de jovens mercadores em formação que fortaleciam a sua aprendizagem no estrangeiro. No Porto, no início dos anos 1590 viviam em casa de Simão Vaz, dirigente de uma das redes cristãs-novas mais poderosas da cidade, três jovens “biscainhos” de Castro Urdiales e Bilbao, Miguel de Lastero, Martim de Alava e Francisco de Angulo²¹. Depois, alguns prosseguiram o seu tirocínio no terreno, deslocando-se para áreas de intervenção das companhias, no ultramar ou nos portos europeus, como feitores e representantes de negócios. Isso aconteceu, por exemplo, com Bento Dias de Santiago, mercador do Porto, que passou uma temporada alargada no Brasil a organizar o célebre engenho de Camaragibe (explorado por si e pelo irmão Miguel Dias de Santiago), de onde regressaria para uma passagem pela sua cidade natal até se fixar, definitivamente, em Lisboa. E, no caso desta cidade (e importante para o presente estudo porque ligado, também, a interesses comerciais do Porto), o exemplo de Pêro - ou Pedro - Godines, genro de Manuel Gomes da Costa (filho do citado Simão Vaz), que viveu algum tempo em Antuérpia na casa de Manuel Henriques, filho de Miguel Bentalhado²². Só então se dava como formado o mercador. Era natural que continuasse a trabalhar na empresa familiar; dirigindo-a depois da retirada do pai ou do parente que tinha esse cargo (por exemplo, um tio) ou autonomizando-se e criando a sua própria firma que, no fundo, funcionava, também, como elemento de fortalecimento da companhia original pela diversificação de interesses e continuidade das transacções com ela. Isto ocorreu com os filhos de Simão Vaz, Henrique e Manuel Gomes da Costa (entretanto fixados em Lisboa), que, além do mais, mostram como era essencial estender os horizontes negociais transferindo o núcleo da empresa para outros centros activos²³.

Para estas companhias, a vocação internacional era evidente. Antes de pertencerem a uma comunidade, a uma colónia mercantil (que nem sempre era possível constituir de modo oficial), as relações

²⁰ Ver o estudo já citado de LANERO FERNÁNDEZ, J.; ORTEGA MONTES, E. – *De aprendiz a mercader*, no qual se apontam etapas da formação de mercadores europeus.

²¹ Respectivamente, ADP – *Po 1º*, 3ª série, liv. 102, fl. 124v e *Po 1º*, 3ª série, liv. 101, fl. 3. É nestes documentos que se fala da função de escritura dos livros de contas pelos aprendizes.

²² Archivo Provincial de Valladolid. Simón Ruiz.

²³ Neste caso, para Lisboa.

económicas e sociais no exterior dependiam de outras variáveis: eram geridas a longa distância por indivíduos ligados por laços de parentesco e sistemas de negócios desenvolvidos através de uma densa rede de relações informais estabelecidas na base de ligações pessoais e profissionais. O bom funcionamento desta trama, deste sistema, permitia a circulação de mercadorias, informações, crédito e recursos humanos indispensáveis ao desenvolvimento da actividade. Era também por estes canais que se fazia e circulava a reputação de cada elemento das redes, e se ganhava ou perdia a confiança neles, dados fundamentais na estrutura do negócio e do relacionamento entre partes. Tais características levam a que este sistema seja definido como “uma república internacional e supranacional do dinheiro”²⁴. Ao escolher designá-lo deste modo, De Maddalena e Kallenbenz admitem que ele surgiu da necessidade de uma *ordo* que se pretendia que estivesse para lá do municipalismo e das peculiaridades das nações e colónias e que se fundasse no particularismo, nas relações de parentela, profissionais e de origem geográfica; significativamente, quando se deixava de confiar num dado agente, os primeiros a ser avisados do facto eram os seus familiares e correspondentes²⁵.

Não consegui encontrar documentos que esclarecessem a formação de Bento Fernandes, sobretudo onde terá adquirido o saber aritmético e algébrico que mostrou possuir. Mantenho em aberto o que afirmei em cima: a possibilidade de ele ter prosseguido uma trajectória idêntica à descrita, durante a qual se familiarizou com as contas e o cálculo, mas esperando descobrir dados mais completos sobre os seus ascendentes, pais e tios, para poder seguir a pista dos seus negócios e aquisição de saberes. Com base no *Tratado*, Marques de Almeida coloca a hipótese de ele “ter viajado ou comerciado muito com praças europeias”, em especial com Medina del Campo e Antuérpia²⁶. Sobre as viagens nada posso dizer, embora seja notória a sua “sedentarização”, de resto característica dos mercadores desde aquela altura²⁷, durante os anos em que está documentado. Quanto à experiência no trato com o exterior, todos os documentos a confirmam, aludindo a uma geografia mercantil familiar ao Porto de meados do século XVI. Qualitativamente, não será excessivo dizer que B. Fernandes era um homem com uma cultura comercial sólida, acumulada na sua prática profissional e teorizada na obra que compôs.

²⁴ *La repubblica internazionale del denaro tra XV e XVII secolo*, eds. Aldo De Maddalena e Hermann Kellenbenz. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 1984. Ver também sobre o mesmo assunto Elisa Soldani, cit., p. 65, e a bibliografia por ela indicada: Ramada Curto e Anthony Molho, A. De Maddalena (na obra citada), Avner Greif, entre outros.

²⁵ “La repubblica internazionale”, p. 9-10.

²⁶ ALMEIDA, A. A. Marques de – *Aritmética como descrição do real (1519-1679)*. Volume I. Lisboa: CNCDP/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, p. 87.

²⁷ Com origens medievais no Mediterrâneo, este fenómeno estendeu-se por todo o mundo comercial europeu; veja-se *Il Rinascimento italiano e l'Europa*. Volume IV, a cura di Franco Franceschi, Richard A. Goldthwaite, Reinhold C. Mueller. Treviso: Fondazione Cassamarca e Angelo Colla Editore, 2007, em particular a secção “Commerciare fuori della patria”, com capítulos de Maria Fusaro, Giovanna Petti Balbi, James D. Tracy e Rita Mazzei. Afirma-se a ideia de que a minimização dos riscos conduziu a esta sedentarização e à transformação do mercador num gestor de informação e de reputações dos seus familiares e agentes. A partir de então, o principal problema para os homens de negócios é encontrar funcionários em quem possam confiar e que estejam capacitados para administrar os negócios no exterior. Penso que as estratégias seguidas, destacando-se a preferência pelos familiares sempre que isso era possível, foram justificadas por este novo quadro.

NEGÓCIOS DE BENTO FERNANDES

Em cena desde 1552, Bento Fernandes acompanhou um tempo de mudança na economia do Porto, com o início da exploração do mercado açucareiro do Brasil, que triunfará em definitivo pouco depois do seu desaparecimento, desde os anos de 1570 em diante. Também viveu um período em que a forte limitação de movimentos (para o exterior) imposta aos cristãos-novos, e a proibição da saída de metais forçava²⁸ uma pouco conhecida associação com mercadores de fora da sua confissão e condição. Estas parcerias, que consistiam na utilização de um testa-de-ferro cristão-velho encarregado de importar as mercadorias, no meu entender decorriam daquelas limitações e da necessidade de salvaguarda dos bens e capitais, que seriam confiscados em caso de acusação de heresia²⁹. Tratava-se de um recurso experimentado noutras ocasiões. Foi assim que os cristãos-novos procederam nas décadas de 1530 e 1540 aquando da grande deslocação de gentes e capitais de Antuérpia para Ferrara. Para evitar o confisco de bens pelos comissários de Carlos V na Lombardia, muitos dos seus bens e fazendas foram movimentados em nome de mercadores de outras nações e confissões com quem tinham fortes laços empresariais - por exemplo, no âmbito do chamado *Consórcio da Pimenta* - caso dos Guicciardini.³⁰ Seguindo uma tradição não exclusiva de Portugal³¹, Bento dedicava-se à importação e distribuição de têxteis ingleses³², castelhanos³³ e flamengos³⁴, que guardava na sua loja da rua da Ponte de São Domingos, visitada por compradores/comerciantes de Amarante, Aveiro, Braga e Lamego, entre outros. Esta era a base da sua actividade até finais dos anos 1550. Para os anos 1558-1565 não temos livros notariais e isso impede-nos de saber desde quando passou a dar mais atenção a outros negócios, muito mais interessantes. Tudo se terá precipitado, no entanto, com o fortalecimento da sua ligação aos interesses da rede do cunhado António da Fonseca.

²⁸ Indispensáveis para pagar compras no estrangeiro; limitação que também explica o amplo uso da letra de câmbio e de crédito.

²⁹ Em grande parte este assunto remete para a chamada *Lei dos Conluios*, comentada por ALBUQUERQUE, Ruy de – *A Lei dos Conluios de 1570. Algumas notas*. Separata de “Ciência Técnica e Fiscal”, nºs 47-48. Lisboa: Ministério das Finanças, 1963. Aquele que me parece mais evidente na organização de Bento Fernandes é Melchior Rodrigues, prebendeiro da Sé cuja mulher, Catarina Machada, foi escolhida por Bento para madrinha do seu filho Miguel (ver apêndice documental).

³⁰ Devo esta informação a António Andrade. Ver ANDRADE, António Lopes - *Os senhores do desterro de Portugal. Judeus portugueses em Veneza e Ferrara em meados do século XVI*, in “Veredas-Revista da Associação Internacional de Lusitanistas”, 6 (2006), p. 65-108, e *De Antuérpia a Ferrara: o caminho de Amato Lusitano e da sua família, in Medicina na Beira Interior da Pré-História ao século XXI*, “Cadernos de Cultura”, nº 25 (Novembro de 2011), p. 5-17.

³¹ Basta ver o exemplo do conhecido Simão Ruiz, de Medina del Campo.

³² 22 de Julho de 1552: recebeu panos de Inglaterra de António de Freitas no valor de 72800 reais (fazia parte de uma associação onde estavam Duarte de Tovar, Jácome Rodrigues, Bento Rodrigues, Diogo Rodrigues e Francisco Nunes, que encomendou 300 mil reais de panos de Inglaterra e Flandres); ADP – *Po 1º*, 3ª série, liv. 6, fl. 248.

³³ 10 de Dezembro de 1557: compra 25000 reais de roupa de Castela a João Navarro; ADP – *Po 1º*, 3ª série, liv. 15, fl. 33v.

³⁴ 28 de Abril de 1565: compra 65500 reais de panos da Flandres a Melchior Rodrigues, prebendeiro do Cabido; ADP – *Po 1º*, 3ª série, liv. 20, fl. 50v.

Nascido em Lamego no seio de uma família de cristãos-novos, Fonseca era irmão de Jácome e Jerónimo da Fonseca, de Isabel Nunes e do conhecido Rui Fernandes, autor da *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas*³⁵. Esta investigação sobre Bento Fernandes introduz mais uma irmã: Genebra da Fonseca. Cristãos-novos, membros de uma forte rede de negócios de tipo familiar, os Fonseca/Nunes/Fernandes alicerçaram os seus interesses nos principais portos do reino: os Fonseca e Rui Fernandes, em Lisboa, Genebra da Fonseca no Porto, onde casou com Bento Fernandes, possivelmente na segunda metade da década de 1530³⁶. A partir destes portos projectaram a sua influência sobre a comunidade portuguesa do Mediterrâneo, em especial a que se fixou em Roma. Quando o ambiente carregou com a entrada do tribunal da Inquisição e os primeiros processos, que afectaram esta família, Jácome seguiu para a corte papal (então defensora dos interesses cristãos-novos sob o pontificado de Júlio III), onde montou uma influente rede bancária dedicada à expedição de bulas e concessão de créditos, activa pelo menos desde 1543³⁷. Ameaçado pelo papado de Paulo IV (Giovanni Pietro Caraffa, 1555-1559), abertamente hostil aos cristãos-novos, Jácome retirou-se para Salónica não sem antes preparar a sucessão na direcção da empresa, que caberia ao irmão António da Fonseca, tornado protector da família³⁸. Este já estava em Roma em 1556, solidificando discretamente a sua posição, que já era considerada a mais poderosa entre os mercadores portugueses, quando Pio IV (1559-1565) foi eleito papa, havendo suspeitas de ele próprio ter participado na morte de Caraffa. Em Dezembro de 1562, coroando este poder, Fonseca era nomeado administrador da Igreja de Santo António dos Portugueses.

Terá sido nesta altura que se aprofundou a ligação de Fonseca com o cunhado do Porto. A partir de 1565 (quando se recupera a sequência dos livros notariais) até à sua morte em 1570, todo o labor de Bento Fernandes passou a ser dominado pelo despacho de bulas e documentos papais, e pelas operações bancárias e cambiais que essas petições exigiam, sempre em associação com Fonseca, e colocando em prática tudo o que sabia da arte. Antes de 1566, Bento recebera (por intermediação do cunhado) procuração do Cardeal Alexandre Farnésio para tratar de todos os negócios referentes à administração dos seus benefícios em Portugal, entre os quais avultava o mosteiro de Santo Tirso e todas as suas igrejas anexas, mantendo-as em boa conta, mandando construir casas e tulhas, como

³⁵ Ver o estudo introdutório a FERNANDES, Rui – *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas*, ed. de Amândio Jorge Morais Barros. Porto: Caleidoscópio/Direcção Geral de Cultura do Norte, 2012.

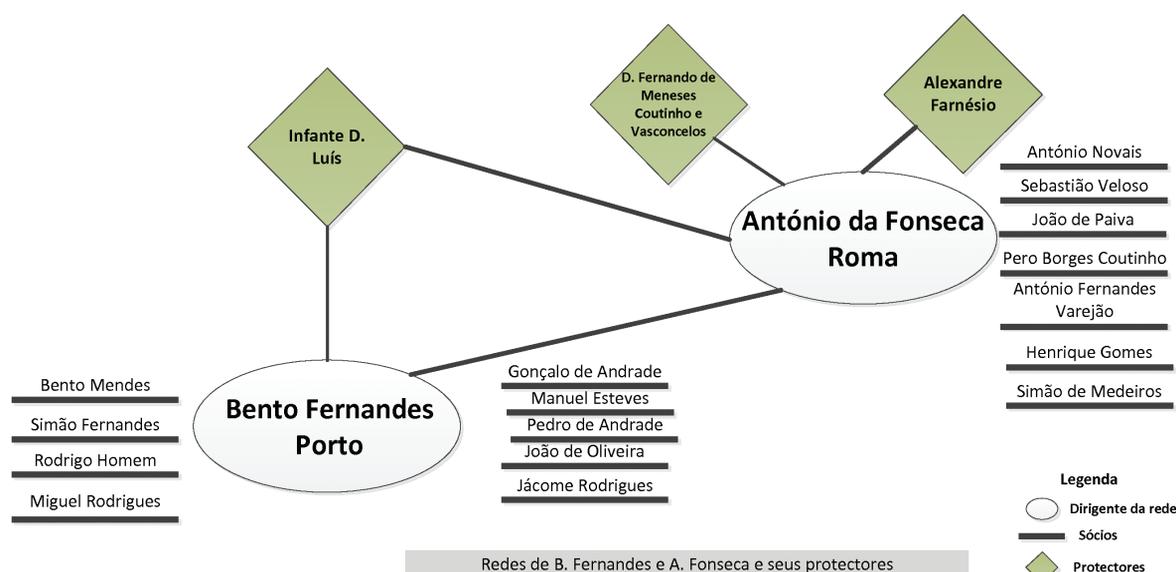
³⁶ Pois em 14 de Novembro de 1540 baptizaram o seu filho Miguel na Sé (ver apêndice documental). Miguel Fernandes ampliará a rede do pai, tornando-se um conhecido mercador do Porto no último quartel do século XVI.

³⁷ Todos estes dados, e mais alguns que se seguem sobre esta família, no importante estudo de NOVOA, James Nelson – *A Sixteenth Century voyage of legitimacy: the paths of Jácome and António da Fonseca from Lamego to Rome and Beyond*, policopiado, em vias de publicação. Agradeço a James N. Novoa o facto de me ter facultado o manuscrito e outros esclarecimentos que me deu.

³⁸ Acolhendo a viúva de Rui Fernandes, por exemplo, conseguindo que ela pudesse abandonar Portugal; graças ao estudo de James Novoa e à documentação por si estudada consigo resolver agora o problema do ano da morte do corógrafo da terra de Lamego, fixando-a no final de Dezembro de 1559; *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo 8, p. 311-312.

fez nas terras da igreja de Vila Nova dos Infantes, Guimarães, e nas de S. João da Foz³⁹; cumprirá esta função até às vésperas da sua morte, em 1570⁴⁰. Estes anos – e infelizmente perdemos uma boa parte da acção, como se viu – são de viragem na vida da cidade; a atenção que lhe prestaram homens como António da Fonseca, e a multiplicação destas transacções bancárias, neste contexto da arrematação de rendas e benefícios, e no da mercancia pura e dura, com o financiamento de empresas de navegação e de fretes, são a melhor prova disso.

E as formas de organização, que resultaram na ascensão destes homens e das invejáveis posições que eles ocuparam no trato. Não me vou deter aqui na complexidade do tema das redes de negócios na Época Moderna, da sua natureza, estratégias e resultados⁴¹. Fonseca montou uma rede



³⁹ ADP – Po 1^o, liv. 30, fl. 172v e seguintes.

⁴⁰ Entre muitos exemplos: ADP – Po 1^o, 3^a série, liv. 21, fl. 18v; idem, liv. 34, fl. 175v. Os dois Alexandre Farnésio que se conhecem neste tempo têm esta relação com o norte Portugal, desde que fizeram amizade com D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, embaixador dos reis D. Manuel e D. João III. O primeiro, e mais conhecido, tornou-se papa de Roma com o título de Paulo III (1534-1549), e o seu “protegido” (*nepote*) Alexandre Farnésio, 1520-1589, (cardeal neto do papa e, assim, valido do seu avô, filho de Pedro Luís Farnésio, duque de Parma) recebeu Viseu, então *vacante*, e as rendas aquando da queda em desgraça de Miguel da Silva; com esse rendimento, sustentou o bispo português até à sua morte, em Roma, em 1556. A partir de então, passou a desfrutar delas como suas. O V Concílio de Latrão (1514) recomendava a protecção de familiares para que não caíssem na indigência; a nomeação de cardeais “protegidos” (*Nepoti*) era justificada assim. Podiam receber benefícios consideráveis: o nosso Alexandre Farnésio acumulou simultaneamente 64 benefícios, mais a vice-chancelaria romana. *The Papacy: An Encyclopedia*, Philippe Levillain, ed. Routledge, 2002, entrada de Reinhard, Wolfgang – “Nepotism”, p. 1031–1033; EKLUND, Robert B. Jr., HERBERT, Robert F., and TOLLISON, Robert D. – “The economics of the Counter-Reformation: Incumbent-Firm reaction to market entry”. *Economic Inquiry*, 42, 4, 2004, October, p. 703

⁴¹ O assunto está na moda e a literatura é imensa (embora muita nada tenha a ver com história). Ver boas análises e teorização do problema em SUBRAHMANYAN, Sanjay – *Merchant Networks in the Early Modern World*. Wiltshire, Ed. Ashgrave Variorum, 1996 e YUN CASALILLA, B. – “Perspectivas para la investigación en historia económica y social de Palencia: consumo y redes de comercialización”, in CALLEJA GONZÁLEZ, M^a V. (Coord.), *Actas del III Congreso de Historia de Palencia*, Vol. 3, 1995, pp. 51-70.

que se valeu de patronos influentes – e estas redes valer-se-ão sempre de personagens influentes nas cortes e nas cidades –, ampliou a sua geografia e deu protagonismo a agentes, como Bento Fernandes, que, por seu turno, criaram “subsistemas” que funcionavam de acordo com as mesmas regras, integravam parentes e membros próximos da família (caso dos Andrade, descendentes do Licenciado Diogo de Andrade, de Lamego, e aparentados com os Fonseca, na rede de Bento), e em proveito da organização geral.

Para Bento Fernandes, pertencer a esta rede era garantia de lucro elevado e em bases regulares. Sobre Fonseca escreveu um dia o embaixador Diogo Mendes de Vasconcelos: “E o sollicitador deste breve e d’outros tais he segundo me diserão Antonio Lopez, o qual com hum seu genro por nome Simão Lopez e com um Jacome da Fonseca que d’aqui fogio os dias pasados pera Salonique ordenarão nesta corte huma certa alquimia de fazer expedições de pessoas dese reino *tendo la por respondente a hum Antonio da Fonseca, morador em Lixboa, irmão do dito Jacome da Fonsequa com a qual alem de roubarem os humeens com lhe levarem a mais cruel e desacustumada onzena que se nunca vio que he seiscentos e vinte reis por hum cruzado em espaço de cinco meses fazem muito grande deserviço a Deus e a Vossa Alteza* porque sendo pessoas sospeitas na fe e que antre os bons portugueses que aqui residem são havidos por judeus por evidentes sinais se entremetten em cousas ecclesiasticas”⁴². Para que se tenha uma ideia mais precisa deste poder veja-se o que disse Álvaro Velho em carta escrita do concílio de Trento (27 de Agosto de 1562) a Lourenço Pires de Távora: “Por letras do doutor Antonio Pinto entendera Vossa Senhoria a prisam d’Antonio de aseca (*sic*) a causa foi por conspirar na morte de Sua Santidade com alguns francezes *querimunnus galeseo (sic)*, e que tambem eram luteranos. prenderão a Antonio da Affonseca e a muitos francezes hua noute da qual mudança soou Italia toda com mil pareceres distinctos infinitamente agravava mais o caso o temerce tanto o papa e fazeremlhe guardia brava. Antonio Pinto se socorre logo ... ao senhor embaxador eu sulusitei admiravelmente porque logo foram cartas a Sua Santidade Borromeo e do Cardeal Simonetta outras, e lhe mandei ofrecer letra de todo o concilio a Sua Santidade sobre Antonio d Affonseca, e lhe iria hum socorro mais apressado que o de Mazagão, a cousa spantou loguo aos que não conhesiam as calidades das ditas pessoas a mim nam porque nenhua couza he tam impropria ao dito Affonseca como conspirar em morte d um papa porque para a d um pato nam tem spirito nem é Cassio nem Bruto e muito menos tem condição nem engenho de ugonotto”⁴³.

Movimentação de letras, cálculo de câmbios, pedidos de créditos e tráficos de influências passavam agora pela loja de Bento Fernandes na rua da Ponte de São Domingos. David Igual Luis, lembra-nos esta coincidência de funções na banca, câmbio e finança na mesma pessoa⁴⁴. É naquele

⁴² *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo 7, p. 378-379.

⁴³ A carta prossegue com outros pormenores. *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo X, p. 14.

⁴⁴ IGUAL LUIS, David – *Los agentes de la banca internacional: cambistas y mercaderes en Valencia*, in “Revista d’Història Medieval”. Universidad de

estabelecimento que encontramos no dia 5 de Junho de 1565 o cavaleiro fidalgo André Golias solicitando-lhe um crédito de 200 ducados de “câmara velhos” para António da Fonseca os dar em Roma a Sebastião Veloso, ali estante, para benefício de Gonçalo Mendes d’Antas, abade de São Tomé, do arcebispado de Braga. Bento entregou-lhos em três cópias de apólices que Golias lhe prometeu pagar ao câmbio corrente nas praças romanas na altura em que Veloso enviase as letras, acrescidas de dois e meio por cento pelo seu trabalho⁴⁵.

Entretanto, Bento já usufruía do estatuto de cidadão do Porto há alguns anos. E recentemente casara (por volta de Junho de 1564) uma filha, Maria da Fonseca, com Rodrigo Homem, a quem oferecera dote de 400 mil reais e umas casas na rua de São Miguel, provavelmente aquelas em que ele próprio vivia e ainda se comprometeu a pagar 88 mil reais que o genro devia a Melchior Rodrigues, de uma parceria que ambos tinham⁴⁶. A partir de então Homem, originário de Braga (e há muitas famílias conversas do Porto procedentes de Braga, Guimarães, Viana e outras partes do Minho), passa a integrar a rede de Bento Fernandes (de resto, já o podemos ver incluído no diagrama apresentado em cima), partilhando todos os seus negócios, mesmo o dos panos, a que nunca deixou de se dedicar⁴⁷.

Todos estes dados fazem crer que estamos perante um mercador abastado, da primeira linha dos homens de negócios do Porto. Sim e não. Este assunto levanta a questão da qualidade dos mercadores portuenses deste tempo.

Quem eram? É correcto agrupá-los todos sob aquela capa geral ou devemos distingui-los? E que critérios podemos usar para determinar as clivagens e hierarquias entre todos os homens que se entregavam à mercancia? F. Ribeiro da Silva mostrou-nos que havia diferenças entre mercadores⁴⁸, vocábulo que abrangia um conjunto heterogéneo, pluriactivo, que tanto agrupava simples vendedores como homens de negócios de grandes cabedais que reservavam uma parte da sua actividade à finança e à banca. Neste caso devemos centrar-nos apenas nos níveis mais elevados – dos que mantinham redes internacionais aos que redistribuíam as fazendas importadas – entre os quais se diferenciam os “mercadores de sala ou de sobrado e os de loja” e, neste último caso, mais uma distinção (e hierarquia): entre os cidadãos e os não cidadãos⁴⁹.

Valencia, nº 11, 2000, p. 105-138.

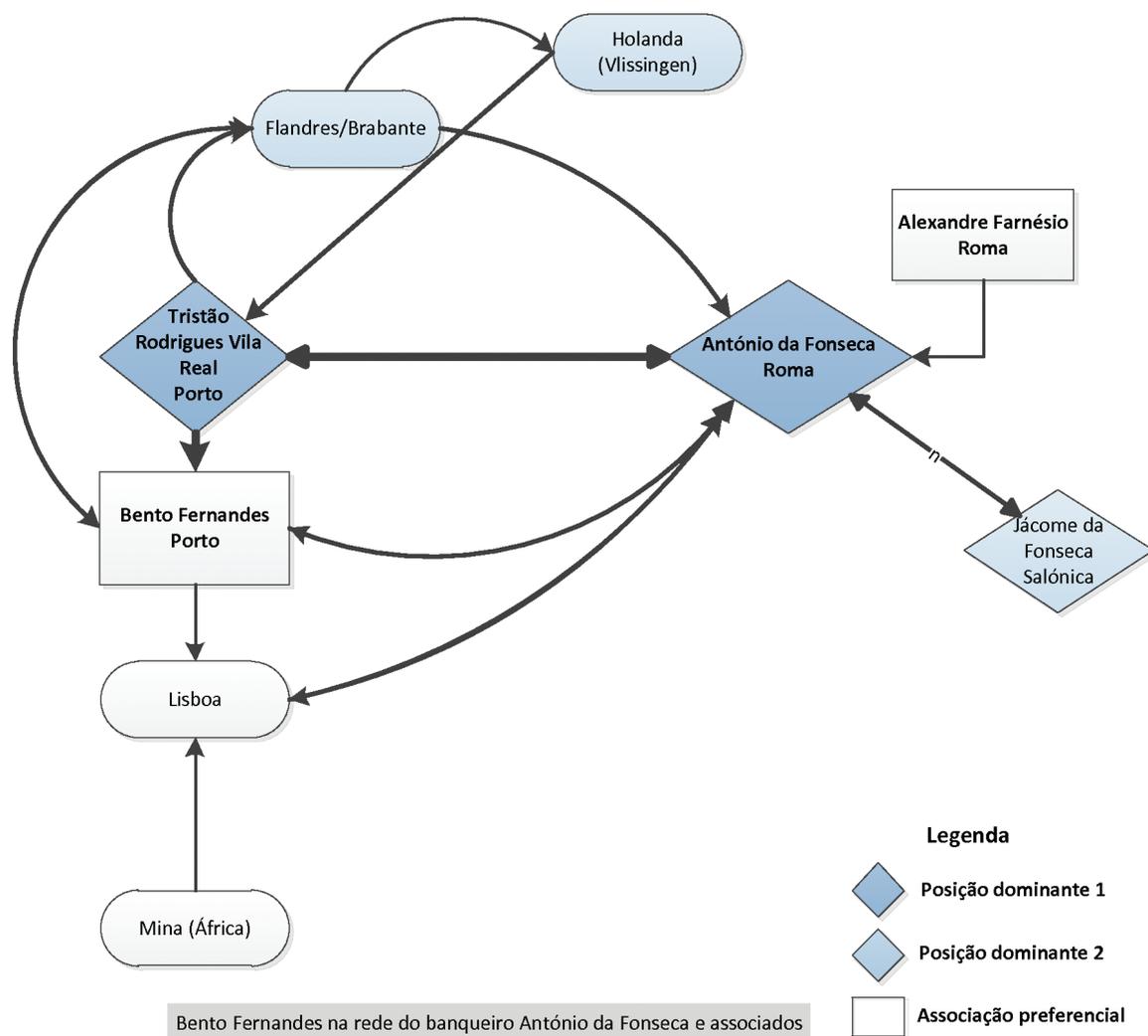
⁴⁵ ADP – Po 1º, 3ª série, liv. 20, fl. 178v.

⁴⁶ ADP – Po 1º, 3ª série, liv. 20, fl. 64v.

⁴⁷ ADP – Po 1º, 3ª série, liv. 22, fl. 81v; compra a Palos Rodrigues, cavaleiro, rendeiro da Alfândega, panos da Flandres no valor de 112060 reais em 17 de Outubro de 1565.

⁴⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*. Volume I. Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto, 1988, p. 112-117. Um debate sobre as definições de mercador em Patrice Pujade, na obra citada, p. 127-132, entre outras.

⁴⁹ SILVA, Francisco Ribeiro da – *o.c.*, p. 113-114.



Bento fez parte do nível mais elevado da “segunda linha” de homens de negócios do Porto: a dos mercadores de loja detentores do estatuto de cidadão⁵⁰. O diagrama acima explica um pouco melhor esta condição.

Entre muitos comentários que se podiam fazer a este esquema – desde logo o papel das Províncias Unidas no negócio portuense em meados do século XVI – permito-me destacar a presença, ou melhor, a omnipresença, de Tristão Rodrigues Vila Real. Cristão-novo, originário do Minho

⁵⁰ Que não sabemos como foi obtido: se por herança familiar se por intercessão do infante D. Luís, seu patrono.

e desde muito cedo radicado no Porto, onde alcançou estatuto de cidadão, trabalhava com a Flandres – correspondendo-se com os portuenses Tovar –, com a Holanda através do porto de “Frangelingas⁵¹”, e com o Mediterrâneo graças à ligação com António da Fonseca. Há muito tempo que venho recolhendo materiais sobre este mercador que, como é sabido, teve um fim trágico nos cárceres da Inquisição de Coimbra, onde se suicidou ao fim de três interrogatórios⁵². Vila Real liderava uma complexa rede de interesses que, praticamente, abrangia todos os sectores do negócio de meados do século XVI: importador de livros, de açúcar, de têxteis europeus, de pastel dos Açores, de escravos que vendia para o (emergente) Brasil e para as Índias de Castela, gestor de negócios envolvendo o ouro da Mina que Fonseca era acusado de desviar para a Flandres, dedicado à finança e à banca, fiador de cavaleiros-fidalgos e de mercadores da cidade e de fora dela, e financiador do arcebispo de Braga, esteve presente na maioria das transacções que envolveram Bento Fernandes, interferindo abertamente ou participando como testemunha dos actos notariais⁵³.

Como Tristão Rodrigues, Dinis Eanes, Henrique Gomes, Lopo Nunes Vitória, os Bentalhados, os Tovar, entre outros, tinham a mesma capacidade de intervenção e o mesmo volume de negócios. Começava a escrever-se um importante capítulo da história da cidade.

CONCLUSÃO: O TRATADO DA ARTE DE ARISMETICA E A LEGITIMAÇÃO DE UMA ELITE

No meio disto tudo, o livro de Bento Fernandes parece uma coisa menor. Não é. Desde logo, porque ao contrário de muita obra literária, corográfica e científica do século XVI, este manual aritmético e algébrico foi publicado e protegido por direitos de autor, se assim podemos chamar ao facto de ele ter obtido privilégio real para o exclusivo da impressão por tempo de doze anos. Isto é: não se protegia o trabalho em si, mas o suporte físico, o livro⁵⁴. Este exclusivo de impressão pressupõe a existência de um negócio de livros na cidade, cuja dimensão ignoramos, a não ser que parece muito mais importante do que normalmente se diz⁵⁵; para lá do impressor do livro de Fernandes, Francisco Correia, conhecem-se outros: Gaspar Preto (possivelmente sócio de Correia), António Vaz⁵⁶ e desconhece-se o negócio de abastecimento de livros a centros de impressão

⁵¹ Actual cidade de Vlissingen (Zelândia, Países Baixos).

⁵² Torre do Tombo – *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Coimbra, proc. 806.

⁵³ Exemplos: ADP – *Po 1º*, 3ª série, liv. 18, fl. 41 (12 de Outubro de 1558, compra de têxteis fornecidos por Luís Garcês, tabelião do judicial), liv. 20, fl. 9 (12 de Abril de 1565, fiador de Francisco Teles, fidalgo, às rendas de Santa Maria de Sousela, Braga), liv. 20, fl., no mesmo dia 12 de Abril de 1565, fiador do senhor Lopo Cardoso e de Gaspar Gonçalves, igreja de S. João de Ovil, Baião), etc.

⁵⁴ TT – *Chancelaria de D. João III*, Privilégios, liv. 3º, fl. 205. Ver apêndice documental, doc. 1.

⁵⁵ MATOS, Marina de Moraes Freitas de – “Impressores, editores e livreiros no Porto do século XV ao século XVIII”, in *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, 16. Coimbra: Atlântida, 1970, p. 105-120.

⁵⁶ ADP – *Po 1º*, 3ª série, liv. 4, fl. 37 (em 1552 e referente aos dois).

consagrados como Coimbra, a cargo, entre outros, do inevitável Tristão Rodrigues Vila Real, que em 1571 vendeu 134220 mil reais de livros da Flandres ao conhecido António de Marins⁵⁷.

Publicado em 1555, o *Tratado da Arte de Arismetica*, proclama uma nova mentalidade mercantil⁵⁸, mais preparada, mais confiante para se afirmar num ambiente transformado pela expansão dos negócios internacionais e necessitado de instrumentos que apetrechassem os mercadores portugueses com ferramentas que lhes permitissem competir com os poderosos rivais flamengos e italianos: “porque alguns mercadores sobre ho tomar ou dar dinheiro ha cambio em Inves para pagar em Medina del Campo ou em outra qualquer feira d’Espanha ou tomamdo e dando em Espanha pera lhe responderem em Inves nam serem tam espertos nem esperimentados como ho sam os framen-gos e italianos que andam mais correntes neste contratar”⁵⁹.

É, mais uma vez, a movimentação de dinheiro, o câmbio, o uso da letra de câmbio. A utilização da “rezam”, não como era entendida nos tratados medievais, como um conceito para distinguir entre o bem e o mal, mas como um cálculo: o cálculo do lucro, sem qualquer subtilidade, manifestando abertamente aquilo que a Idade Média consideraria usura.

Há muito pouco nesta obra que lembre os tempos medievais. Talvez os referenciais geográficos, a Flandres, o Mediterrâneo, a evocação dos turcos como inimigos temidos no mar⁶⁰, os comércios de cereais e, quase no fim, a propriedade senhorial e o lazer da caça⁶¹. Tudo o resto é novidade. A atitude proactiva dos mercadores contrasta com a relativa passividade de muito do comércio medieval dirigido aos nossos portos. Evocam-se os negócios do império, que a historiografia teima em centrar em Lisboa: as especiarias, para exemplificar a “regra de quarto e vintena com quebra” e demonstrar a familiaridade dos comerciantes do Porto com essas mercadorias⁶². A finança (inclusive com a inclusão de contas com os *pardaus* indianos⁶³), o jogo dos câmbios e as transacções de metais preciosos (explicando até os diferentes tipos de ligas⁶⁴) que, como já vimos, dominavam os interesses destas redes. O conhecido capítulo das “contas da Flandres” e, muito importante, todo o discurso relativo às diferentes formas de companhias comerciais (chãs, com tempo, com tempo à razão de tantos por cento, de meio, terço, quarto e quinto, de tempo declarado,

⁵⁷ ADP – *Po 1º*, 3ª série, liv. 39, fl. 137v. Sobre António Mariz, cf. ALMEIDA, António José de, OP – A mobilidade do impressor quinhentista português António de Mariz. In MARTINS, Fausto Sanches (coord.) – *Artistas e artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa: actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Porto: FLUP, 2005. Disponível on-line em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6113.pdf>

⁵⁸ SOUSA, Ivo Carneiro de – *A sensibilidade da literatura portuguesa dos séculos XV e XVI às matemáticas (índices e problemas para um estudo de história cultural)*. Porto: Faculdade de Letras, 1985, disponível on-line em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8297/2/artigo6041.pdf>

⁵⁹ FERNANDES, Bento – *o.c.*, fl. 41-41v.

⁶⁰ No entanto, continuavam a sê-lo no século XVI.

⁶¹ *Tratado*, fl. 201. Aos pássaros e à raposa.

⁶² *Idem*, fl. 86, 123.

⁶³ *Idem*, fl. 77.

⁶⁴ *Idem*, fl. 197, 220-234, sobre a prata, e a partir daqui sobre o ouro.

etc., e as formas de lucro e quebrados)⁶⁵ cujas variantes e complexidade se ocultam nos actos notariais que costumamos usar. Por fim, entre todas as contas e regras aritméticas e algébricas, Fernandes ainda exemplificou alguns temas aludindo às paixões dos “gentis-homens pelas donzelas” e ao jogo de dados, que era uma quase-obsessão da sociedade em geral⁶⁶.

Se António da Fonseca tinha prestígio suficiente para dominar os trabalhos de algumas das mais importantes sessões do Concílio de Trento e se Tristão Rodrigues Vila Real movimentava influências a uma escala internacional, a estes homens ainda lhes faltava reconhecimento social e poder político. Assim, o livro de Fernandes aparece como mais uma peça de legitimação, pela competência e demonstração de cultura, deste grupo, que usava outras formas para se mostrar à sociedade como uma elite respeitável. Recusando certos encargos que lhe eram impostos, por exemplo, na festa do *Corpus Christi*, exigindo o reconhecimento do direito de cidadãos, de que muitos desfrutavam, no vestir e no tratamento. A fundação da confraria de Nossa Senhora das Neves, de 1556⁶⁷, parece destacar um desejo de afirmação de identidade, essencial para a constituição desta elite urbana, das relações entre si e dos mecanismos de solidariedade consagrados desde a Baixa Idade Média, perseguindo objectivos múltiplos, que iam desde a assistência à propaganda do grupo. A par de nomes como António Barbalho, Gabriel Álvares, Francisco Rodrigues, Dinis Eanes, António de Freitas, Manuel Vaz, António Nunes, Gil Correia, Tomás Nunes e Álvaro Eanes estava Bento Fernandes, cidadão do Porto, mercador e aritmético.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Documento 1

1540. Novembro. 14. Porto

Registo do nascimento de Miguel, filho de Bento Fernandes e Genebra da Fonseca

Arquivo Distrital do Porto - Paroquiais, freg. da Sé, liv. B-1, fl. 15

[Na margem:] Miguel. Este dia [14 de Novembro de 1540] bautizo el Maestre Escuela a Miguel hijo de Bento Fernandez mercader y de sua mujer Genebra da Fonseca. Fueron padrinhos Pedro Donis menpostero de los cativos y madrinha Catarina Machada molher de Melchior Fernandez escrivano morador en la Rua Chã.

Documento 2

1555. Março. 15. Lisboa.

⁶⁵ Idem, fl. 49-53, 55 e seguintes, 176, 179 e seguintes.

⁶⁶ Idem, 212, 216, 213.

⁶⁷ ADP – *Convento de S. Domingos*, nº 4310, fls. 349-353. Ver apêndice documental, doc. 2.

Alvará régio concedendo a Bento Fernandes, cidadão do Porto, a seu pedido, o exclusivo por dez anos, da impressão do livro de aritmética que estava a escrever.

Torre do Tombo – *Chancelaria de D. João III*, Privilégios, liv. 3º, fl. 205

Publicado em DESLANDES, Venâncio Augusto – *Documentos para a história da Typographia Portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882, Parte II, p. 18-19 e em ALMEIDA, A.A. Marques de – *Aritmética como descrição do real (1519-1679)*. Volume I. Lisboa: CNCDP-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, p. 86, de onde se reproduz.

El Rei faço saber a quantos este meu alvara virem que Bemto Fernamdes cidadão da cidade do Porto e nela morador me enviou dizer que elle fazia hum liuro de quatro mãos de papel de todas as ciencias e artes de comta dellgarismo e de comta e peso e medida, feyto por muito sotil arte, o qual a sua custa e despesa manda imprimir na dita cidade. E que me fizera huua pitição em que me pidira ouesse por bem sob certa pena, que pessoa alguma não podesse imprimir o dito livro nem trazelo de fora ympremido a estes Reynos por tempo de doze annos. E que antes de lhe dar despacho eu pasara huua minha provisão pera o corregedor da comarca da dita cidade ver o dito livro com pesoas esperementadas na dita arte, e o que achasse com seu parecer me escreuese, o quall uyo o dyto livro e fez a dita deligencia como polla provisão lhe era mamdado a qual me enviou com sua resposta: pedimdo me o dito Bemto Fernamdez que vista a dita deligencia e avendo respeito ao muyto trabalho que levou em fazer o dito liuro ouese por bem de lhe fazer a dita merce que pessoa alguma o não podese ympremir nem trazer impremido de fora, sob perdimento dos ditos liuros e de dinheiro no que receberia merce. E visto seu requerimento e deligencia do dito corregedor e emformação que se do caso tomou ey por bem e me praz que por tempo de dez annos pessoa alguma não possa em meus Reynos e senhorios imprimir nem vemder o dito livro darismetica saluo o dito Bemto Fernamdes sob pena de cimquenta cruzados e perdimento dos ditos liuros ametade pera quem o acusar e a outra metade pera os catiuos. Noteficoo asy a todas minhas justiça e lhes mamdo que cumprão e fação ymteiramente comprir este meu alvaraa como se nele comtem. O bacharel Luis Lopez o fez em Lisboa a XV de Março de mill e quinhentos cimquoemta e cimquo”.

Documento 3

1556. Dezembro. 04. Porto.

Contrato entre mercadores do Porto e o convento de S. Domingos, da mesma cidade, sobre a fundação da confraria de Nossa Senhora das Neves que os primeiros ali desejavam erguer.

ADP – *Convento de S. Domingos*, nº 4310, fls. 349-353.

Publicado em BARROS, Amândio Jorge Morais – “Irmandades do mar”. (Marinheiros, mercadores e inquisição no Porto dos séculos XV e XVI”, in *Actas do Simposio Internacional de Historia Maritima do século XII ao XVI “Pontevedra e o Mar”*”, ed. Calo Lourido. Pontevedra: Concello de Pontevedra, 2003, p. 90-91.

Anotação em letra do século XVIII: “Tresladado no livro novo a folh: 187” e no alto de cada folha, retro, a anotação quinhentista: “da confraria dos mercadores”.

“Em nome de Deus Padre e Filho e Espírito Santo hum soo Deus Noso Senhor amem. Saybaom os que este estromento de comtrato e obryguaçam vyrem que no ano do nacimemto de Noso Senhor Jhesus Christo de myll e quynhemtos e cimquoemta e seys anos aos quatro dias do mes de Dezembro em ha muy nobre e sempre liall cidade do Porto no moesteyro de Sam Domymguos na casa do capitollo homde estavam juntos chamados per som de campa tamgida segumdo seu bom e amtiguo custume *convém a saber*: ho muito reveremdo padre pryor frey⁶⁸ Dioguo do Rosayro e ho padre sob prior frey Riginaldo de Mello, ho doutor frey Joham Freyre, ho padre frey Dioguo de Cezymbra, ho padre frey Jorge da Bareyra, ho padre frey Allberto de Leyrya, ho padre frey Manuell de Marvylla, ho padre frey Joham de Berbedo, ho padre frey Nycollao da Costa e frey Framcisquo e frey Mateus Diaz, frey Tomas Nogueyra, frei Framcisquo de Lacerda, frey Manuell de Sam Marçall, frey Myguell, frey Amtonyo e frey Pedro Martir e ho padre frey Bras cantor de hũa parte em nome

[fl. 349v]

do dito moesteiro e comvemto delle e da houtra parte Amtonio Barbalho e Graviell Alvarez mordomos que hora sam da comfrarya dos mercadores da dita cidade que hora novamemte se instetuyo e bem asy Framcisquo Rodriguez juiz da dita comfrarya e Denys Eanes escriptvãõ della foy dito por os ditos hoficiaes da dita comfrarya que comsydiramdo elles e hos mays comfrades sua fraqueza umana em que se haya mester hobras espytuaes que defemdã e escusem culpas dyamte do Senhor Deus has quaes não podiam haver hefeito perfeito sem serem formadas de carydade que he ho fundamemto de todas has vertudes que elles tinham hora novamemte hordenada hũa comfrarya ha louvor do Senhor Deus da ymvoaçãõ de Nosa Senhora das Neves e que os comfrades da dita comfrarya tinham necesydade de hũa capella pera nella se dizerem suas mysas e se cumpryrem seus estatutos e haverem pera yso sacerdotes sobre ho que asemtaram com hos ditos pryor e padres e comvemto do dito moesteiro e se comcertaram na maneyra seguiuente *convém a saber*: diseram elles pryor e padres que pera yso davam ha capella de

[fl. 350]

Nosa Senhora da Esquada que estaa no allpembre do dito moesteiro sobre ho harquo de Sam Domymguos ha entrada da porta travesa do dito moesteiro que estaa sobradada pera que nella se diguam has mysas da dita comfrarya e nella tenham os comfrades se quyserem has cousas necessaryas da dita comfrarya ha quall capella lhe davam prepetuamemte pera sempre pera ha dita comfrarya se nella mynystrar e pera se quyserem elles comfrades na dita capella fazerem hasemtos pera se hasemtarem e pera poerem orguãaos e arquas pera ha cera e ornamentos e que posam mudar ho altar que estaa na dita capella de Nosa Senhora pera quallquer parte que ha elles comfrades mylhor parecer na dita capella e asy posam habryr ha parede da dita capella escomtra ha igreja que vay ter sobre ho altar de Sam Gomçallo na parte homde jaa estouve em outro tempo haberto e pera que posam fazer hum coro em ho vãõ da igreja do dito moesteyro sobre ho dito altar de Sam Guomçallo pera ho que se ha-de habryr

[fl. 350v]

ha dita parede e que posam habryr ha porta da serventia da dita capella e ha fazerem mayor e pera que posam hallarguar ha esquada pera homde se servem pera ha dita capella e pera ha dita largura thomar do chãõ e do vãõ ho que pera yso for necessaryo e que os mordomos da dita comfrarya que ora sam e pelos tempos forem terem has chaves da porta da dita capella e has chaves do coro do coro terem hũa hos padres

⁶⁸ Emendada esta palavra.

do dito moesteiro e houtra os mordomos por que seram duas fechaduras⁶⁹ e que elles padres que ora sam do dito mosteyro e ao diamte pellos tenpos forem pera todo sempre emquamto ho mundo durar diram no alltar da dita capella hũa misa cantada⁷⁰ com seus horguãaos que tamgera ho padre que tamger hos da casa do dito moesteyro e sera da ymvoçam de Nosa Senhora com ha colleta do Esprito Santo e comomoraçam dos comfrades e dita todas has quyntas feiras do ano pella menhãa hacabada ha pryma e hos comfrades daram ha cera e elles padres hos hornamemtos e hallem das mysas das quyntas feyras dyram em cada hum

[fl. 351]

ano pera todo sempre duas mysas cantadas com diacono e sobdiacono e emcemso e todo ho mays necesaryo com suas besporas e sallva e hũa destas duas mysas per dia de Nosa Senhora do O que he ho horago delles comfrades e ha outra per dia de Nosa Senhora das Neves e mays no oytavayro do dya dos finados em cada hum ano pera todo sempre em ha dita capella hũa mysa cantada com seu noturno e ladaynha e respomso pellas allmas dos comfrades e poeram em ho meo da dita capella sua esa cuberta de preto e se dara ha custa da dita comfrarya d'esmolla em cada hum ano das ditas mysas, bespora, noturno, ladaynha e respomso quatro myll reis e estes quatro myll reis dados per dia de Nosa Senhora <da Anunciaçam primeiro seguinte> e dahy em diamte em cada hum ano per ho dito dya pera todo sempre e começaram hos padres has mysas e ho mays do dia de Nosa Senhora do O primeiro seguymte e dahy em diamte em cada hum ano pera todo sempre. E que ho pryor e padres do dito moesteyro que

[fl. 351v]

hora sam e ao diamte forem nam hocuparam ha dita capella com cousa allgũa senam com as cousas da dita comfrarya como hacima dito he nem comsymtiram estar nella homyziados nem homyziado e porem que quamto he ha quallquer comfrade da dita comfrarya que se lhe nam tolhera ha elle e ha seus decendemtes e hacemdemtes estar per vya de homyziados na dita capella hacollidos e que semdo caso ho que Deus nam pирmita que os padres que forem pello tempo em diamte do dito moesteiro quyserem hir contra este comtrato e fazerem da dita capella outra cousa pera darem ha houtra pessoa hou pessoas em prejuizo delles comfrades que elles ho não posam fazer e fazemdo que ho dito moesteiro e comvento lhe compoera todas has perdas e guastos que na dita capella fezerem e tem feitos e pella maneyra hatras dita diseram elles partes *convém a saber*: hos ditos padres em nome do dito moesteyro e seu comvento

[fl. 352]

e hos ditos Amtonyo Barbalho, Gravyell Alvarez, Francisquo Rodriguez e Denys Eanes em nome da dita comfrarya e comfrades della por serem pera fazerem este comtrato emlegidos per os mays comfrades que asy e da maneyra que se neste estormemto comthem que asy pormetião e se hobryguavam como de feito hobryguaram hũa parte ha houtra e ha houtra [a outra] asy ho terem, manterem e compryrem deste dya em diamte pera sempre asy como cada parte he e for hobryguado por este estormemto e comtra yso nam hirem em parte nem em todo em juizo nem fora delle e pera se asy comprir hobryguaram elles hofficiaes da dita comfrarya has rendas e beens della e hos ditos padres has rendas e beens do dito moesteiro e asy o outorguaram e haceytaram elles padres por parte do dito mosteyro e seu comvemto e elles hoficiaes da dita comfrarya por parte della e seus comfrades e desta nota pidyram cada hum seu estormemto e hos que mais comprirem que houtorgaram huns aos outros e eu taballião

⁶⁹ Na margem esquerda, em letra diferente (posterior?), anotado: "duas chaves".

⁷⁰ Na margem esquerda a seguinte anotação: *hic*.

[fl. 352v]

ho haceytey em nome dos ausemtes não presentes quamto com dereito poso e devo e se houtorguou asy este comtrato com declaraçam que posto que hatras digua que terem hos hofficiaes da dita comfrarya ha chave da porta⁷¹ da serventia da dita capella que tambem hos padres do dito moesteiro terem hũa chave e sera nesta maneyra *convém a saber*: se fara hũa fechadura que cada hũa das ditas chaves ha habra.

E decllararam que posto que elles padres dam ha dita capella pera ha dita comfrarya que se emtemde pera has cousas da dita comfrarya e se ha dita comfrarya mynstrar na dita capella nam tolhemdo aos padres do dito moesteiro usarem de darem nella sepultura e tambem recolherem allguns homyziados pesoas homradas e conhecidas e sem sospeita de mall fazerem as cousas da capella e que sejam pesoas cidadãaos da dita cydade e que amdem na guovernança da dita cidade des⁷² precuradores della em mais graao da guovernança em diante e não de menos e porem

[fl. 353]

de quallquer callidade que sejam hos confrades da dita comfrarya e seus desendemtes e hasendemtes se poderam homiziar na dita capella e asy o outorguaram. E tambem estando ha esto presentes Amtonio de Freitas, Bemto Fernandez, Manuell Vaaz, Amtonio Nunez, Gyll Correa e Tomas Nunez e Allvar'Eanes moradores na dita cidade e confrades da dita comfrarya houtorguaram neste comtrato. Testemunhas que presentes estavam: Amtonyo Diaz e Symão Alvarez pedreyros e moradores na dita cidade e Amtonyo d'Aguyar sobrynho de mim taballião que ho escrepvy. (Segue-se a declaração do tabelião, escrita pela sua mão): E este estromento eu Gaspar de Couros pubrico tabaliã das notas por Ell Rei noso senhor na cidade do Porto e seus termos fiz tyrar de minha nota ao escripvam que tenho por Sua Allteza e o sobescrepvi e no começo de cada folha via mea regra desta minha letra, aparo e tinta que diz / da confraria dos mercadores e em testemunho de verdade aqui asynei de meu pubrico sinall que tal he. E nam faça duvida na intrellinha que diz / d'Anunciaçam primeiro seguinte / que se fez por verdade". Segue-se o sinal do tabelião e a seguinte nota: "A paga deste vai no estromento dos mercadores que tudo paguam os mercadores".

Documento 4

1570. Janeiro. 15. Porto

Registo do nascimento de Manuel, filbo de Rodrigo Homem e de Maria da Fonseca, e neto de Bento Fernandes

Arquivo Distrital do Porto - Paroquiais, freg. da Sé, liv. B-1, fl. 67v, 2ª numeração

[Na margem:] A Manoel. Aos quinze dias de Janeiro de 1570 anos bautizei eu Francisco Paez arcipreste desta See a Manoell filho de Rodrigo Homem e de sua molher Maria da Fonsequa moradores na Rua de Sa'Miguell. Forão compadres Migell Fernandez e Janebra da Fonsequa.

[Assinado:] Ho Arcipreste.

⁷¹ Na margem esquerda: "duas chaves".

⁷² Riscado: "pre".